

INVENTARIANDO MEMÓRIAS DA PARAHYBA DO NORTE NOS OITOCENTOS: POR UMA CULTURA MATERIAL DE CAJAZEIRAS-PB

MARIA LARISSA ELIAS DA SILVA
UFMG/CFP

lariisse_elias@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho é fruto de discussões desenvolvidas no Projeto de Pesquisa “Inventariando memórias, partilhando experiências: cultura material e redes familiares na recém emancipada cidade de Cajazeiras, PB (1876-1930)”. Este projeto tem como objetivo geral digitalização e transcrição dos inventários da cidade de Cajazeiras entre os anos de 1876 e 1930 com o intuito de compreender a cultura material dessa cidade e as redes familiares envolvidas na partilha de bens móveis e imóveis registrados. Começando a análise documental, percebemos que o inventário também poderia ser analisado em sua singularidade, compreendendo como se dava a transferência do patrimônio familiar sem nos atermos a uma análise serial. Visto isso, problematizaremos aqui alguns apontamentos em torno da pesquisa com inventários oitocentistas.

Palavras-chave: Inventários *Post Mortem*; Cultura material; Memórias oitocentista.

A PESQUISA COM OS INVENTÁRIOS *POST MORTEM*: UMA INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de um projeto de pesquisa que fora desenvolvido na Universidade Federal de Campina Grande, Campus Cajazeiras – intitulado “Inventariando memórias, partilhando experiências: cultura material e redes familiares na recém emancipada cidade de Cajazeiras, PB (1876-1930)” com vigência referente a 2016-2017; logo, nesse artigo a discussão será em torno dos seis primeiros meses da pesquisa. A referida teve por objetivo digitalizar e transcrever os inventários *Post Mortem* das famílias cajazeirenses entre os anos de 1876 e 1930, com a pretensão de compreender a cultura material e as redes familiares envolvidas nas partilhas de bens móveis e imóveis ali registrados – para que por meio dessa pesquisa pudéssemos conhecer e historicizar as tecituras da cultura material dos habitantes dessa cidade.

Para situá-los um pouco do que foi desenvolvido no projeto até meados da vigência, abordaremos nesse ponto um pouco da experiência que carregamos até então quando pensamos no trabalho com inventários *post mortem* nos oitocentos. Quando o projeto foi pensado, os integrantes sabiam que muitos desafios surgiriam. Primeiro que iríamos “mexer no que estava quieto” ou “revirar a casa”, como diz o ditado. Trabalhar com os inventários *post mortem* com um cunho quantitativo é tentar empreender um

conhecimento sobre as posses das famílias – e, em se tratando de uma cidade interiorana, o ato de “revirar as malas” nem sempre é bem vindo.

Com isso, para que pudéssemos ter acesso a documentação para iniciar os trabalhos, precisávamos obter autorização judicial para tal procedimento. Incontáveis foram as tentativas de encontro com o funcionário encarregado, até que houvesse a liberação para o trabalho com as fontes. Em paralelo a esse momento do requerimento de autorização, iniciamos as leituras teóricas, tendo contato no primeiro momento com leituras acerca da cidade de Cajazeiras e discussões mais teóricas relacionadas à questão do urbano e do urbanismo, tendo encontros semanais para a realizarmos as discussões.

Após a liberação tivemos um primeiro contato com algumas caixas, pois, a autorização só nos concedia ter acesso a um total de 10 (dez) caixas por vez. Digo, só poderíamos ter contato com mais caixas quando terminássemos a digitalização das que estavam em nossa responsabilidade. Nesse momento várias dificuldades foram surgindo, como a exemplo, as condições de trabalho. Tínhamos reservado no arquivo do Fórum Dr. Ferreira Júnior – aonde se encontrava o acervo documental - uma sala a qual poderíamos fotografar a documentação, no entanto, embora isso parecesse cômodo, para os pesquisadores envolvidos se apresentava como um problema; pois, tínhamos que entrar na sala somente a partir das 08:00 horas da manhã e tínhamos até às 14:00 horas para nos retirar. Passamos o período da digitalização correndo contra o tempo para conseguir o maior número de documentos e em boa qualidade.

Ao pensarmos na qualidade dos registros fotográficos que estávamos operando, nos deparávamos com o problema do manejo para com uma documentação dessa época. A mesma requer cuidados específicos que são como uma via de mão dupla; o pesquisador precisa ter noções básicas de manuseio em arquivos documentais antes de ter o primeiro contato, tendo em vista que se faz necessário para sua proteção pessoal estar bem equipado com luvas e máscaras, e, também compreender que o documento é um testemunho histórico do recorte temporal que o projeto aborda.

Muitos dos documentos que entramos em contato estavam fossilizados, pois, a preservação era dada em condições inadequadas para o arquivamento. Algumas das caixas que continham documentação estavam pelo chão de uma sala sem higienização e climatização, requisitos essenciais para a manutenção de arquivos. Visto essas condições que observamos em muitos dos documentos, a leitura e interpretação dos dados contidos se tornou mais um desafio; tendo em vista que, por vezes, tal estado leva o documento a fragmentar-se em incontáveis partes uma mesma folha. No cotidiano da

pesquisa nos deparamos rotineiramente diante de um quebra-cabeça documental a ser montado e decifrado.

A metodologia dessa primeira etapa do projeto foi dividida em duas fases. A primeira fase baseava-se na leitura e fichamento de textos trabalhados semanalmente. Assim sendo, tínhamos as leituras como base das discussões e, a partir disso, desenvolvíamos problematizações acerca da cultura material, da ideia de patrimônio cultural, do urbanismo; buscando compreender sua gênese e algumas teorias mais recentes voltadas para o espaço urbano. Também tivemos contato com modelos de documentos manuscritos já digitalizados para que pudéssemos começar sensibilizar nosso olhar em torno desse tipo de documentação.

Em paralelo a essa primeira fase organizamos o acervo já digitalizado, pelos seus respectivos anos estabelecidos por cada caixa e dentro dessas caixas a organização se manteve em ordem crescente de acordo com o ano do inventário. Vimos a necessidade de pensar numa organização inicial por ainda não haver nenhuma organização do referido acervo, tendo em vista que o mesmo estava sendo trabalhado pela primeira vez pelo projeto de pesquisa em questão.

Para concluir essa apresentação sistemática do projeto de pesquisa com os inventários *post mortem* de Cajazeiras, PB entre 1876-1930, vale salientar que muitos desses processos que passaram pelas mãos dos pesquisadores envolvidos no projeto tinham mais de 200 páginas, reforçando o que já foi dito acima sobre a variedade das informações que podem ser encontradas nessa fonte documental. De acordo com (REDE, 1996, p. 269) “centralizar a análise em objetos em movimento em contextos de produção e consumo, mais do que em objetos isolados, permitiria um melhor entendimento da dinâmica social do grupo”.

Portanto, a seguir problematizaremos como se davam as partilhas dos bens deixados pelos inventariantes, tendo como fonte para análise problematizadora um inventário *post mortem* do ano de 1897 feito na cidade de Cajazeiras, PB – percebendo os aspectos traçados pela cultura material.

ESTADO DA ARTE

A partir de investigações empreendidas por pesquisas históricas, compreendemos que houve um alargamento no pensar documental e suas abordagens

metodológicas, como aponta (LE GOFF, 1978, p. 6) ao esclarecer que as revoluções no campo científico fazem nascer uma abordagem qualitativa além da quantitativa, o qual “põe novamente em causa a noção de documento e seu tratamento”. Com esse novo olhar ao documento, passamos a compreender as múltiplas possibilidades de trabalho historiográfico a partir dos inventários *post mortem*.

Enquanto fonte historiográfica os inventários já possuíram características muitas vezes tidas como positivistas. Até a primeira metade do século XX alguns historiadores ou guardiões da escrita cidadina que trabalhavam especificamente com a história local viam os inventários apenas como uma forma de recuperar a vida dos grandes personagens daqueles lugares, salientando sempre seu aspecto econômico como inserção na sociedade vigente ou ascensão comercial. Augustin Thierry (1837), aborda que:

Assim, a recolha dos monumentos da história do Terceiro-Estado deve, de certa maneira, fazer vir à luz as raízes mais profundas e mais vivas da nossa ordem social atual... Porque realiza um dos votos mais queridos das grandes inteligências históricas do século XVIII... que viam nos monumentos da legislação municipal a origem mais segura e mais pura do nosso antigo direito consuetudinário. (THIERRY, 1837, p. 28).

Essa forma de vislumbrar o documento, e, no estudo de caso em questão, os inventários só se modificou a partir do novo pensar em torno dos métodos e técnicas de pesquisa histórica influenciados pela *Escola dos Annales*. Referenciando FRAGOSO; PITZER, (1998) podemos compreender que:

Nessa visão, mesmo as fontes já conhecidas quanto novas possibilidades de testemunhos, que passaram a ser consideradas, começaram a ser inseridas, questionadas e contextualizadas. Isso significou colocar como um dos interesses da investigação histórica as massas anônimas. (FRAGOSO; PITZER, 1998).

Em decorrência desses desdobramentos historiográficos, um fator interessante a ser ressaltado é a pluralidade de informações que encontramos nos inventários *post mortem*, desde terras, a casa, mesa, banco [de assentar], couro de boi, dívidas passivas e ativas, açude, louças, animais, roupas, enxadas, dentre outros. Todos esses bens claramente designados por meio de subdivisões como *bens de raíz, outros móveis, dívida passiva e ativa*, no auto de arrolamento.

A partir dos inventários buscamos conhecer os personagens, vislumbrando informações como a situação matrimonial dos envolvidos, seu endereço residencial,

grau de parentesco entre os inventariados e inventariantes, qual ofício o inventariado desenvolvia quando vivo(a), sua naturalidade, suas dívidas, seus bens, etc. Quando passamos a trabalhar com essa documentação nos surpreendemos com as revelações que página do inventário nos apresenta.

O contato com essas informações nos possibilita adentrar no cotidiano daquelas famílias, descortinando, assim, os múltiplos aspectos que compunham a cultura material de uma sociedade, assim como também é possível traçar os perfis dos sujeitos que compõem esse espaço. No entanto, esse tipo de documento de acordo com (FURTADO, 2011, p. 105), “os inventários são de natureza predominantemente econômica, sendo um rico testemunho da cultura material”.

Além do leque de informações que já apontamos aqui a serem encontradas nos inventário da documentação que parte da pesquisa, nos deparamos com inventários de escravos – tanto o escravo como um bem inventariado, como também escravo forro com posse de escravo – em função desse descortinamento, compreendemos o significado social que girava em torno da posse de escravos e as tramas que giravam em torno dessa posse, seja por herança ou compra. Pois, mediante análise documental e reflexão teórica, compreendemos que um dos motivos o qual os escravos alforriados buscavam a posse de escravos era para ascender socialmente sua imagem.

O METIÊ HISTORIOGRÁFICO: UMA ANÁLISE DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS E DOS BENS

Percebendo o inventário *Post Mortem* como uma fonte ímpar e por isso pronta para ser analisada em sua singularidade, a partir de agora nos ateremos à análise de um inventário para que possamos compreender a cultura material de uma família cajazeirense a partir de seus bens. Além do inventário, em anexo a esse documento há também o Auto de Partilha dos bens, assim como a menção das dívidas ativas, no qual traçaremos um panorama simplificado de como se deu essa partilha. Logo, vale salientar que o inventariado não deixou testamento, diante disso, o processo de divisão dos bens será dado de forma igualitária aos possíveis herdeiros.

Antes de iniciarmos a análise documental, é válido recordar uma saudosa fala de BLOCH (2002, p.75) quando o mesmo faz uma reflexão acerca do passado e nos diz que “o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o

conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa”.

Destarte, com base na análise do inventário do que tivera seu processo iniciado no dia 13 de setembro de 1897, na comarca de Cajazeiras, província da Parahyba do Norte, podemos perceber que o mesmo faz referência inicialmente ao inventariante João Maria de Sousa e inventariados Gonçalo Correia de Meneses e Maria Francisca da Conceição, de profissão indefinida no processo. Tendo também mencionado inicialmente a presença do juiz Joaquim Gonçalves Rolim - que apresentará grande importância para o processo, sendo as audiências realizadas na comarca de Sousa, também da mesma Província – do escrivão Francisco Martins de Sousa Lima, que acompanhará o juiz no decorrer do processo e também do oficial de justiça, Apollinario José de Lyra.

Ainda nas primeiras páginas podemos obter dados mais pontuais como a data do falecimento de Gonçalo Correia de Meneses, no ano de 1879 e Maria Francisca da Conceição, um ano antes de Gonçalo. Como também constam informações acerca da quantidade de herdeiros e a ausência do testamento. Nas páginas seguintes temos a menção dos herdeiros co-sanguíneos e representativos, que são eles: Maria Joaquina do Sacramento, grau de parentesco: filha dos inventariados; Francisca de Rol, grau de parentesco: filha dos inventariados; Bejamin Gomes Vieira, grau de parentesco: genro dos inventariados, esposo de Anna Rosa (*in memoriam*); Manoel Joaquim de Meneses, grau de parentesco: filho dos inventariados; João Maria de Souza, grau de parentesco: genro dos inventariados, esposo de Joanna Maria de Souza (ausente, sem mais informações); e, Bernardina de Rol, grau de parentesco: filha dos inventariados.

Diante da menção dos herdeiros, partimos para o auto de arrolamento dos bens. Os inventariados não deixaram dinheiro em espécie, nem ouro ou prata; porém, tinham deixado 2 (dois) falos de cobre no valor de 1:000 mil réis cada um. Outros móveis, como uma mesa velha no valor de 4:000 mil réis, um banco grande em bom estado no mesmo valor e um couro de boi no valor de 2:000 mil réis.

Como bens de *rais* foi deixado uma casa de *taypa* em bom estado, sendo grande e localizada no lugar Chiqueiro das Cabras, pelo valor de 100:000 mil réis. Uma parte de terras no mesmo lugar valendo 11:244 mil réis. Uma parte de *matta* fresca mencionada por 12:000 mil réis e uma parte no açude do mesmo lugar por 25:000 mil réis. Os bens foram arrolados no total de 1:67:000 mil réis a ser dividido entre o pagamento da dívida deixada e os herdeiros. Para concebermos como se deu o auto de

partilha é necessário compreendermos que, de acordo com ARAÚJO (2003) *apud* SAMARA (1998):

[...] eram considerados herdeiros forçados os parentes descendentes (filhos), ou ascendentes (pais). O cônjuge em regime de comunhão de bens era meeiro. A ordem de sucessão da outra metade era, descendentes, ascendentes, colaterais até o décimo grau e, por último, o cônjuge; na falta destes, ficava o Estado com bens. (ARAÚJO, 2003, *apud* SAMARA, 1998, p. 251).

Ainda acerca dos deixados pelos inventariados havia a existência de uma dívida passiva no valor de 20:000 mil réis ao coronel Vital de Sousa Rolim.

AUTO DE PARTILHA DOS BENS

Para cada herdeiro tocou a quantia de 24:500 mil réis, sendo representada por partes dos bens físicos. E, foi solicitado ao curador do processo, no caso João Maria de Sousa a parte da casa de sua *curatedalla* para pagamento da dívida passiva. Do montante geral ainda foi tirado a quantia de 17:100 mil réis para o pagamento das custas processuais. A designação da partilha dos bens é dada em detalhes na tabela 1:

HERDEIRO (A)		CONSTITUIÇÃO DO AUTO DE PARTILHA				
		Bens de raíz	Valor	Outros Móveis	Valor	Total
1	Bejamin Gomes Vieira	Uma parte na casa	14:500 mil réis	Um taixo pequeno	10:000 mil réis	24:500 mil réis
2	Bernardina de Rol	Uma parte de terra na <i>matta fresca</i>	2:400 mil réis			24:500 mil réis
		Uma parte no açude	5:000 mil réis			
		Uma parte na casa	17:100 mil réis			
3	Francisca de Rol	Uma parte de terra na <i>matta fresca</i>	2:400 mil réis	Um banco grande em bom estado	4:000 mil réis	24:500 mil réis
		Uma parte no açude	5:000 mil réis			
		Uma parte na casa	13:100 mil réis			
4	Joanna Maria de Souza	Uma parte na casa	17:100 mil réis			24:500 mil réis
		Uma parte no	5:000			

		açude	mil réis			
		Uma parte de terra na <i>matta fresca</i>	2:400 mil réis			
5	Manoel Joaquim de Meneses	Uma parte de terra na <i>matta fresca</i>	2:400 mil réis	Uma mesa velha	4:000 mil réis	24:500 mil réis
		Uma parte no açude	5:000 mil réis	Um couro de boi	2:000 mil réis	
		Uma parte na casa	11:100 mil réis			
6	Maria Joaquina do Sacramento	Uma parte de terra na <i>matta fresca</i>	2:400 mil réis	Um taixo pequeno	10:000 mil réis	24:500 mil réis
		Uma parte na casa	7:100 mil réis			
		Uma parte no açude	5:000 mil réis			

TABELA 1: Auto de partilha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final dessa primeira etapa da vigência obtivemos alguns números em torno de documentos digitalizados, representados na tabela 2:

DESCRIÇÃO DA QUANTIDADE DE PÁGINAS DE DOCUMENTOS DIGITALIZADAS NA PRIMEIRA ETAPA, SETEMBRO 2016 – FEVEREIRO 2017				
MÊS	ANO	QUANTIDADE DE PROCESSOS	Nº DE PÁGINAS DIGITALIZADAS	TOTAL GERAL DE DIGITALIZAÇÕES
SETEMBRO	2016	17	1.224	12.360
OUTUBRO	2016	51	2.718	
NOVEMBR O	2016	39	2.437	
DEZEMBR O	2016	28	1.456	
FEVEREIR O	2017	51	4.525	

TABELA 2: Número de documentos digitalizados por uma voluntária.

A partir da digitalização dessa documentação, chegamos à reflexão de que nem só de inventários *post mortem* estavam compostas as caixas que estavam no acervo do Fórum, sessão inventários. Tendo em vista que entre os processos nos deparamos com processo crime de escravo, processo crime de defloração, auto de embargo, processo de raptos, dentre outros.

Vislumbrando os aspectos parciais que obtivemos durante essa vigência, compreendemos que houve um amadurecimento intelectual de suma importância para nossa formação. Tendo em vista que, estar em contato com a documentação nos proporcionou construir um amadurecimento academicamente no âmbito das nossas pesquisas científicas pessoais. O contato com a documentação também nos possibilitou começar a identificar o que fazia parte da cultura na sociedade cajazeirense entre 1876 a 1930, a exemplo disso podemos citar os inventários de escravos que foram identificados na documentação.

Portanto, para fins da análise documental em questão, concluímos que os elementos que congregavam a cultura material da família do inventariado estavam ligados a cultura da zona rural, onde percebemos maior incidência de objetos e espaços que congregam o dia-a-dia do meio no qual a família estava inserida. Ainda no processo não identificamos a presença de uma dependência da família ao espaço citadino. Tendo em vista que os bens arrolados vislumbram o cotidiano ruralista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, M. L. V. A. **Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade dos oitocentos**. 2003. 270 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH, São Paulo, 2003.

BLOCH, Marc. **Apologia da história: ou o ofício de historiador**. Zahar, 2002.

FRAGOSO, J. & PITZER, R. R. **Barões, homens livres pobres e escravos: notas sobre fonte múltipla – inventários Post Mortem**. Revista Arrabalde, Petrópolis, n. 2, p. 29-52, set./dez. 1998.

FURTADO, Júnia Ferreira. Testamentos e Inventários. A morte como testemunho da vida. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. **Anais do Museu Paulista**, v. 4, p. 265-282, 1996.

LE GOFF, Jacques. **Documento/monumento**. G. Einaudi, 1978.

THIERRY, Augustin. Rapport sur lês travaux de la collection des monuments inédits de l'Histoire du tiers état, adresse à M. Guizot, ministre de l'instruction publique, lê 10 mars 1837. Tessier, Paris, s.d.